



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP
TIPO: MENOR PREÇO

Licitação exclusiva para participação de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou as assim consideradas nos termos do art.3º e 48, inciso I da Lei Complementar Nº 123/2006 e suas alterações.

PROCESSO Nº:	2026.134.202
INTERESSADO:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CÓDIGO PORTAL	1094659
DATA E HORARIO DA SESSÃO:	24 DE JUNHO DE 2026 ÀS 14H
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MATERNIDADE E O SAMU QUE COMPÕEM A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR ESTIMADO:	O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 15.591,20
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:	O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ . O edital está disponível gratuitamente no site da Prefeitura: https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3 e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas.
PREGOEIRA:	DANIELA TELES SILVA
AMPARO LEGAL:	Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021.
Informações adicionais podem ser obtidas junto a Secretaria Executiva de Licitação, Fone: (62) 3238-6798/6797/6741. E-mail: pregaoaparecida@gmail.com	



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP
TIPO: MENOR PREÇO

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO**, usando da competência atribuída pela Lei Complementar nº 203, de 09 de fevereiro de 2023, por meio da Pregoeira, designada pelo Decreto “N” Nº 038, de 19 de janeiro de 2026, torna público aos interessados, que estará realizando no dia, hora e local discriminados na capa deste Edital, sessão pública a fim de receber, abrir e examinar propostas e documentações de empresas interessadas em participar deste **Pregão Eletrônico**, que será regida em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto “N” nº 149, de 09 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no Município de Aparecida de Goiânia/GO, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência, conforme artigo 17 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MATERNIDADE E O SAMU QUE COMPÕEM A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por item.



ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VL. UNIT. R\$	VL. TOTAL R\$
01	10	UNIDADE			
Descritivo: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL FINALIDADE DO EQUIPAMENTO: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DESTINADO À ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES, SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS EM ATENDIMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES E PRÉ-HOSPITALARES, INCLUINDO SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ESPECIALMENTE EM AMBULÂNCIAS. DEVE PERMITIR USO CONTÍNUO E SEGURO, COM DESEMPENHO ADEQUADO, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, AUTONOMIA POR BATERIA E FÁCIL TRANSPORTE. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS: TIPO DE EQUIPAMENTO: EQUIPAMENTO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DE USO MÉDICO/HOSPITALAR E PRÉ-HOSPITALAR, ADEQUADO PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO EM AMBIENTES MÓVEIS, COMO AMBULÂNCIAS E ATENDIMENTOS EXTERNOS. CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO E DESEMPENHO: VAZÃO DE AR MÍNIMA DE 20 LITROS POR MINUTO, SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS COM VAZÃO IGUAL OU SUPERIOR. SISTEMA DE VÁCUO AJUSTÁVEL, COM PRESSÃO NEGATIVA MÍNIMA DE -500 MMHG OU EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, 20 POL.HG. SISTEMA DE AJUSTE GRADUAL DA PRESSÃO NEGATIVA. INDICADOR DE PRESSÃO/VÁCUO EM TEMPO REAL, ANALÓGICO OU DIGITAL. FRASCO COLETOR: EQUIPADO COM UM FRASCO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 LITROS E 2,0 LITROS. FRASCO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, INQUEBRÁVEL OU EQUIVALENTE, COMPATÍVEL COM PROCESSOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, INCLUSIVE AUTOCLAVE, RESISTENTE A TEMPERATURAS MÍNIMAS DE 121 °C. FRASCO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO					



DE VOLUME VISÍVEL. TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA E CONEXÕES SIMPLES E RÁPIDAS. SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO.

SISTEMA DE SEGURANÇA E FILTRAGEM:

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA DO MOTOR. FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO, REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DO MOTOR E AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL.

MOTOR E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

MOTOR DE VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, PREFERENCIALMENTE INFERIOR A 60 DB.

ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU COM CHAVE SELETORA.

BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS EM USO CONTÍNUO. POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR FONTE VEICULAR (12 V), QUANDO APLICÁVEL.

FONTE EXTERNA PARA CARREGAMENTO DA BATERIA. INDICADOR DE CARGA DA BATERIA NO PAINEL DO EQUIPAMENTO.

ESTRUTURA E MOBILIDADE:

ESTRUTURA LEVE, COMPACTA E RESISTENTE A IMPACTOS, UMIDADE E TREPIDAÇÕES. CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, COMO ABS OU EQUIVALENTE, ISENTA DE OXIDAÇÃO. SUPERFÍCIE LISA, QUE FACILITE A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ASSEPSIA.

ALÇA ERGONÔMICA E/OU BOLSA PARA TRANSPORTE. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EM SUPORTE VEICULAR OU ESTRUTURA COMPATÍVEL, QUANDO APLICÁVEL.

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

COMANDOS SIMPLES E DE FÁCIL OPERAÇÃO, ADEQUADOS A SITUAÇÕES DE



URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA ELÉTRICA.

ITENS QUE DEVEM ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO:

UM FRASCO COLETOR AUTOCLAVÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 E 2,0 LITROS. UM FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO. UM KIT DE TUBOS DE SILICONE OU PVC ATÓXICO COMPATÍVEL. UM CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA. UMA FONTE CARREGADORA E/OU CABO VEICULAR, QUANDO APLICÁVEL. UMA BOLSA OU ALÇA PARA TRANSPORTE. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA.

CERTIFICAÇÕES E NORMAS:

REGISTRO ATIVO E VÁLIDO DO EQUIPAMENTO NA ANVISA. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DO FABRICANTE. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA IEC 60601-1 E CORRELATAS. FABRICAÇÃO CONFORME A NORMA ISO 13485.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL. DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E CONSUMÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, POR PERÍODO MÍNIMO DE CINCO ANOS.

**Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006*

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas.

1.4. Em razão do descritivo do sistema não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dos produtos dispostos no termo de referência e anexos deste edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na plataforma Licitações-e.

3.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A obtenção do benefício para ME, e EPP fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;



3.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.3.1. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO CONSÓRCIO: Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios pode reduzir o universo da disputa. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela.

3.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. Organizações da sociedade civil de interesse público - oscip, atuando nessa condição;

3.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. O impedimento de que trata o subitem 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos subitens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.15. A vedação de que trata o subitem 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.16. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo o município de Aparecida de Goiânia a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.17. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.18. A participação no pregão eletrônico para contratação se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limites estabelecidos.



3.19. O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

3.20. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A Proposta Eletrônica de Preços deverá ser elaborada com base no objeto desta licitação, observadas as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e enviada exclusivamente por meio eletrônico, a partir da data de publicação do edital, contendo a **MARCA**, bem como o valor expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, carga e descarga, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, se houver, para o fiel atendimento do objeto. Custos omitidos na proposta serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais. **O não cumprimento deste item sujeitará a empresa à desclassificação do certame.**

4.1.2. **As propostas eletrônicas que forem cadastradas sem as respectivas marcas poderão ser desclassificadas.**

4.1.3. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, estando apto ao tratamento favorecido previsto nesse dispositivo.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total / global do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e a **marca** do produto.

5.1.3. O licitante deverá informar a marca do produto (marca própria) ainda que o mesmo seja de sua fabricação.



*****OBS: No campo Descrição/ observação (imagem) não há a necessidade de a licitante transcrever todo o descritivo do item, porém a MARCA deve ser informada, conforme subitens 4.1.2 e 4.1.3 deste edital.**

5.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



5.9. A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

5.10. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.11. Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.



5.12. O licitante vencedor deverá enviar a proposta reajustada por meio do sistema eletrônico, com detalhamento de custos do(s) objeto(s), conforme tabela constante no anexo II deste edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento da sessão de disputa de lances, devidamente assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante, após o término da sessão de lances sob pena de desclassificação do certame e aplicação de penalidades.

5.12.1. A composição solicitada na proposta reajustada deverá evidenciar o seguinte: preço do produto, impostos e taxas, custo de entrega e transporte, encargos sociais e trabalhistas e outras despesas se houver.

5.12.2. A proposta reajustada e a planilha de custo poderão ser enviadas por e-mail, devidamente assinadas por diretor, sócio ou representante da empresa licitante.

5.13. Se porventura o licitante não conseguir inserir a proposta em campo próprio do sistema, poderá enviar no e-mail: pregaoaparecida@gmail.com, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas, contados do encerramento da etapa de lances.**

5.14. Nos casos em que houver renegociação, a nova proposta poderá ser enviada por e-mail (pregaoaparecida@gmail.com) no prazo de **24 (vinte e quatro) horas.**

5.15. Deverá constar na proposta nome ou razão social, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), este último se houver, para contato, e número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda.

5.16. Visando garantir a qualidade dos produtos, deverão ser encaminhados, juntamente com a proposta atualizada os seguintes documentos:

5.16.1. Catálogo/folders preferencialmente com desenho ilustrativo do respectivo item, referente aos produtos cotados, em língua portuguesa, com nível de informação suficiente para avaliação do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, demonstrando a adequação dos materiais ofertados pela licitante às especificações requeridas no Termo de Referência.

5.17. É de responsabilidade da licitante, o acompanhamento diário da licitação no sistema eletrônico, no que se refere às informações deixadas pela Pregoeira, tanto quanto aos prazos e alterações de situação, até a ADJUDICAÇÃO do certame.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1. Independentemente da quantidade de itens/lotes que tenha no edital o sistema eletrônico (licitações-e) abrirá todos simultaneamente para lances.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



6.10.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11.6. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.11.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- 6.11.9.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.**
- 6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (VINTE E QUATRO) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, no e-mail pregaoaparecida@gmail.com, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. DAS AMOSTRAS

6.22.1. Ressaltamos, que se o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE achar necessário poderá requerer amostra;

6.22.2. A empresa vencedora deverá quando exigido, apresentar amostra no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados imediatamente após o encerramento da sessão ou da solicitação, na sede da secretaria executiva de licitação, sob pena de desclassificação.



6.22.3. Enquanto não expirado o prazo de entrega, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações na amostra apresentada.

6.22.4. Quando enviadas por via postal, o prazo de entrega será contado a partir da data de postagem das amostras.

6.22.5. A amostra deverá ser acompanhada do protocolo de entrega de amostra, o qual será subscrito pelo servidor indicado e juntado aos autos do processo.

6.22.6. a(s) amostra(s) será(ão) avaliada(s) pela área técnica a fim de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações técnicas constantes do termo de referência.

6.22.7. Se a amostra for aceita, a pregoeira declarará o licitante vencedor adjudicando-lhe o objeto, se este tiver cumprido os requisitos de habilitação.

6.22.8. Se a amostra for aprovada, permanecerá em poder da Contratante para verificação da compatibilidade com o material entregue na execução contratual.

6.22.9. Os produtos entregues para amostras poderão ser retirados pela licitante em até 10 (dez) dias após a divulgação do resultado, nas condições que estas se encontrarem após a avaliação e testes, quando for o caso. Passado este prazo o município dará destinação a estas. Os produtos entregues não serão deduzidos do futuro contrato, salvo se houver disposição em contrário no termo de referência.

6.22.10. A decisão de aceitar ou rejeitar a amostra será formalizada por despacho fundamentado;

6.22.11. É facultado aos licitantes o acompanhamento das análises das amostras.

6.23. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.

6.24. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no termo de referência.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta nos cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 7.6.1.** conter vícios insanáveis;
- 7.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

7.8. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

7.9. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9.3 Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do simples nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

7.14. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

7.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

7.16. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no item 9, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.14. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado do encerramento da sessão de disputa de lances, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

8.14.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

8.14.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.15. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

8.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

8.16.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos do Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

8.17. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista,



dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição

8.18. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o item anterior, será assegurado prazo de 05 - cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.19. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

8.20. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

8.21. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/2021.

8.22. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.23. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

8.24.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.25. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente. Deverão estar perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

8.25.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

8.25.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

8.25.3. Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante

8.26. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

8.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

8.28. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. A documentação relativa à habilitação deverá ser apresentada em conformidade com a relação descrita a seguir:

9.2. RELATIVAMENTE À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1. Documento de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia em cópia autenticada; de quem representará a empresa junto à licitação.

9.2.2. Ato constitutivo da entidade, sendo:

a) **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

d) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

e) Quando se tratar de **Microempreendedor Individual**, apresentar **Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMI**, expedido pelo Portal do Empreendedor – www.portaldoempreendedor.gov.br.

e.1) Este documento será considerado apenas quando o edital permitir a participação de pessoa física.

9.2.3. Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.2.4. Instrumento de procuração que comprove plenos poderes à pessoa credenciada para apresentar proposta, lances, negociar, e participar em qualquer fase deste Pregão. Se for **Instrumento Público**, fica dispensada a verificação dos documentos que comprovem os poderes do outorgante. Se for **Instrumento particular, conforme modelo apresentado no ANEXO III**, devidamente assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, e será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo.

9.2.5. Comprovante da Condição de Micro ou Pequena Empresa ou assemelhada, feita por meio **Certidão emitida pela Junta Comercial** ou documento gerado pela **Receita Federal**, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, com data



de emissão não superior a 90 (noventa) dias, caso pretenda se beneficiar do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/2006.

9.3. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2. Prova de Regularidade relativa ao FGTS, por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), expedida pela Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para abertura dos envelopes e processamento do Pregão;

9.3.3. Prova de situação regular perante a Fazenda Nacional (RFB e PGFN), que abrange todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB N. 1.751 de 02/10/2014.

9.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão em relação a tributos estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante;

9.3.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de **Certidão Conjunta (tributos mobiliários e imobiliários)** em relação a tributos Municipais, expedida pela Prefeitura do domicílio ou sede da licitante;

9.3.6. Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao), conforme Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011.

9.4. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata e/ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento.

9.4.2. Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o



procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

9.4.3. Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a Certidão Negativa de Falência e Concordata e/ou Recuperação judicial deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

9.5. RELATIVAMENTE À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, que comprove a licitante ter aptidão de fornecimento para as mercadorias pertinentes ao objeto desta licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

9.5.2. Certificado de Registro do produto, quando necessário, emitido pela **ANVISA** Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no “Diário Oficial da União” com despacho da concessão de registro referente a cada produto ofertado ou declaração de isenção de registro, segundo descritivos, conforme Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001, sob pena de desclassificação.

9.5.3. Caso seja necessário diligência, o licitante vencedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.6. DECLARAÇÕES

9.6.1. Declaração formal da firma licitante, exigida pelo art. 63, I da Lei federal nº 14.133/2021, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO IV** deste edital;

9.6.2. Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **ANEXO VI**



9.6.3. Declaração formal da firma licitante, assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura, contendo informações e declarações conforme **ANEXO V** deste edital.

9.6.4. As declarações constantes deste item podem ser apresentadas em conjunto ou separadamente e devem estar assinadas por diretor, sócio ou representante legal da empresa licitante com poderes devidamente comprovados para tal investidura.

9.6.5. Quando da apresentação da documentação se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz;

9.6.6. Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas.

9.6.7. A empresa deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no art. 63, § 1º da Lei n.º 14.133/2021.

9.6.8. Não serão aceitos pela Pregoeira “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

9.6.9. As certidões apresentadas com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente salvo o disposto na Lei Complementar n.º 123/2006. As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

9.6.10. A licitante que deixar de entregar documentos ou apresentar documentação falsa exigidos para o certame ficará sujeita a penalidade de impedimento de contratação e de licitar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e de descredenciamento no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, contrato e das demais cominações, segundo disposição do item 15 deste instrumento.

9.6.11. Recebida a documentação da empresa que teve sua proposta classificada, ainda que somente por meio eletrônico, a Pregoeira e Equipe de Apoio fará a análise frente às exigências do Edital, podendo desclassificar e/ou inabilitar a empresa que não atender às exigências acima.



9.6.12. A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências.

9.6.13. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme exigido no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do Art. 43, da Lei complementar nº 123/06.

9.6.14. Havendo alguma restrição na regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para regularização das pendências, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, desde que solicitado por escrito pela licitante.

9.6.15. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.7.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - proposta atualizada - deverá ser encaminhada no **prazo de 24 (vinte e quatro)** horas, a contar do encerramento da sessão de disputa de lances no sistema eletrônico, e deverá:

9.7.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

9.7.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

9.7.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.7.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

9.7.2.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;



9.7.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

9.7.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

9.7.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

9.7.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso

9.7.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

9.7.4. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.7.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

9.7.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

9.7.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.7.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9.7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

10.10. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo objeto, nas seguintes situações:



10.10.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos do [art. 124, II, d da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.10.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10.11. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.11.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

10.11.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

10.11.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços.

10.11.4. Caso haja a redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

10.12. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.12.1. Para fins do disposto neste subitem, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

10.12.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e em outras legislações aplicáveis.



10.12.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à cancelamento da Ata de Registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.14. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

10.14.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.14.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.14.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

10.14.4. Sofrer sanção prevista no [art. 156, III ou IV da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.14.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 10.14.1, 10.14.2 e 10.14.4, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.15. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

10.15.1. Por razão de interesse público;

10.15.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

10.16. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e



11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor será concedido o prazo para a interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



12.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.2.3.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões.

12.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.3.1. O recurso também poderá ser protocolizado na sede da **Secretaria Executiva de Licitação**, no endereço Rua Gervásio Pinheiro, área pública municipal, s/n Setor Solar Central Park, Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo, CEP: 74.968-500 Aparecida de Goiânia., ou pelo e-mail: pregaoaparecida@gmail.com.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.8.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

12.8.3. Decidido(s) o(s) recurso(s) interposto(s), e constatado a regularidade dos atos praticados, A Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade competente para homologação.

13. DA ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autorizada competente homologará o procedimento licitatório.

14. DAS INFRAÇÕES PRATICADAS DURANTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E SANÇÕES.

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



- 14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 14.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5.** fraudar a licitação
- 14.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1.** advertência;
- 14.2.2.** multa;
- 14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.10.1. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregaoaparecida@gmail.com ou por petição protocolada no endereço Rua Gervásio Pinheiro, área pública municipal, s/n Setor Solar Central Park, Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo, CEP: 74.968-500, Aparecida de Goiânia

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no subitem 13.3 do Edital.

15.6.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pelo termo de referência e seus anexos.

15.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **ANEXO VIII**.

16.2. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.



16.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.4. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do termo de contrato. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

16.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

16.6. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.7 O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/2021; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.8. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/2021, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.9.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 14.133/2021 constituem ainda obrigações e responsabilidade da CONTRATADA:

a) executar fielmente o contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desse termo, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e ou fabricação;

c) O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

16.9.2. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

16.9.3. Os itens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada na região metropolitana de Goiânia;

16.9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.9.4.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** o produto com as avarias ou defeitos;

16.9.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

16.9.6. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de **10 (dez) dias** que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.9.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.9.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

16.9.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

16.9.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contratante, cujas obrigações se obriga em atender prontamente;

16.9.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do contratante;

16.9.12. A CONTRATADA está obrigada a assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, incluindo cumprimento dos prazos, especificações técnicas, normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez;

16.9.13. Cumprir fielmente o Edital e seus Anexos de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, dentro do prazo.

16.9.14. A Contratada deverá obrigatoriamente entregar os produtos contratados, embalados adequadamente, separados por item nas quantidades e especificações que trata este termo.

16.9.15. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

16.9.16. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/2021;

16.9.17. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto instalado fora das especificações constantes da proposta apresentada;

16.9.18. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;

16.9.19. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;



16.9.20. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

16.9.21. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

16.9.22. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

16.9.23. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

16.9.24. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

16.9.25. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

16.9.26. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

16.10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.10.1. A Contratante obriga-se a:

16.10.1.1. Receber provisoriamente o produto, no local especificado;



16.10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

16.10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

16.10.1.4. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

16.10.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

16.10.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

16.10.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

17. DA ENTREGA

17.1. Os produtos serão entregues de **forma parcelada** ou conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, provisoriamente para efeito de verificação de conformidade dos mesmos atendendo as especificações solicitadas, no Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital.

17.1.1. O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho e Autorização de Entrega emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.1.2. A Contratada deverá fornecer um e-mail para contato onde pelo mesmo será passado a Nota de Empenho e Autorização de Entrega, além de outros comunicados, sendo o prazo de 24hrs para confirmação, caso não seja feito será considerado recebido após o prazo.

17.1.3. Os itens deverão ser entregues no **almoxarifado de equipamentos e materiais permanentes que se localiza no endereço Avenida Montenegro, Quadra 42, Lote 15, Jardim Cristal, Aparecida de Goiânia – GO.**



17.2. O item será recebido:

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **10 (dez) dias úteis** do recebimento provisório.

17.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou matrícula do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

17.4. Constatadas irregularidades no objeto entregue, o Contratante poderá:

17.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.4.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da notificação por escrito;

17.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

17.4.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da notificação por escrito.

17.5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após, verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Atestado de Recebimento” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável, o qual acompanha a nota fiscal/fatura.

17.6. No preço contratado deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições, taxas, frete, transporte, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes para a perfeita execução do contrato.



17.7. Serão designados pela Secretaria Municipal de Administração representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

17.8. Serão atribuições do gestor do contrato:

- a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
- d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

17.9. Serão atribuições do fiscal do contrato:

- a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.



- b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

18. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

18.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, respeitada a ordem cronológica de pagamentos por fonte de recursos, de acordo com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

18.1.1. Caso o proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal/Fatura, **somente no mês subsequente sem alterações de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.**

18.2. Para habilitar-se ao pagamento, a contratada deverá apresentar no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE a(s) fatura(s) emitida(s) em moeda corrente, devidamente acompanhada das Certidões de



Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, e CNDT, contendo no mínimo os seguintes dados:

18.2.1. Data de emissão;

18.2.2. Estar endereçada ao **Fundo Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia**, situada na Rua Antônio Barbosa Sandoval, Qd.04, Lt.01, APM 3, Centro – Aparecida de Goiânia – GO – CEP: 74.980-030 – CNPJ: 11.809.185/0001-04.

18.2.3. Conter o nº do CNPJ: 11.809.185/0001-04 informado no contrato;

18.2.4. Valor unitário e total;

18.2.5. Especificação do objeto fornecido.

18.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

18.4. Ocorrendo atraso no pagamento a adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

18.5. A administração deve observar o Dever de pagamento através da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (Art. 141.):

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - prestação de serviços;

IV - Realização de obras.

18.6. DO REAJUSTAMENTO

18.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado contido na proposta vencedora.

18.6.2. Não serão aceitos requerimentos de alteração dos valores instruídos com base apenas em notas fiscais.



18.6.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

18.6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice (s) definitivo(s)

18.6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste ser(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

18.6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s) em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

18.6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.6.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, será de até um mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/2021.

18.6.10. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes da eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

18.6.11. A extinção do contrato do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

19.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte **Dotação Orçamentária:**

05.0520.10.302.0049.1021.449052

19.2. Os recursos financeiros utilizados para pagamento do presente objeto são oriundos da: **MAC.**



20. DAS INFRAÇÕES NO CURSO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E SANÇÕES

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- A) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);

II- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

IV. Multa: a. Moratória de 0,5% (cinco décimos percentuais) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

V. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso i do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

VI. Compensatória de 0,5% (cinco décimos percentuais) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021); 14.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021);

20.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133/2021);

20.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021);

20.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

20.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei



n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (art. 159 da Lei n.º 14.133/2021);

20.9. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133/2021);

20.10. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas (CEIS) e no cadastro nacional de empresas punidas (CNEP), instituídos no âmbito do poder executivo federal (art. 161 da Lei n.º 14.133/2021);

20.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021;

20.12 Os débitos do contratado para com a administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da instrução normativa seges/me n.º 26, de 13 de abril de 2022.

21. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

21.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

21.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

21.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.



21.4. Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

21.5. O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado

21.6. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

21.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

21.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

21.9. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

21.10. Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

21.11. O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

21.12. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



21.13. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18. **23.14.** É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

21.14. Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.



22.10. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - termo de referência (especificações) / Estudo Técnico Preliminar

Anexo II - carta proposta (modelo)

Anexo III - termo de credenciamento (modelo)

Anexo IV – declaração de habilitação

Anexo V - declaração que não emprega menor

Anexo VI - declaração de idoneidade

Anexo VII- minuta de contrato

Anexo VIII - ata de registro de preços

Anexo IX - Declaração contendo informações para fins do contrato (modelo)

Anexo X – Protocolo de entrega de amostra.

22.11. O presente edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

22.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas interessadas, sem comprometimento com a segurança do futuro contrato.

22.13. A participação neste pregão eletrônico implicará aceitação integral e irretratável das normas do edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso;

22.14. É facultada a pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.15. As proponentes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.16. A licitante vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar à terceiros ou ao patrimônio do órgão de licitação, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do órgão de licitação.

22.17. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

22.18. À licitante vencedora é vedado transferir, total ou parcialmente o objeto adjudicado decorrente deste edital, ficando obrigada, perante o município pelo exato cumprimento das obrigações decorrentes



desta licitação.

22.19. A íntegra dos esclarecimentos elaborados a partir dos questionamentos será encaminhada por e-mail aos interessados e/ou divulgado no site <https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3>.

22.20. No caso de ausência de solicitação de esclarecimentos pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, qualquer reclamação posterior.

22.21. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do edital pelo site: <https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3>. Até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes “proposta de preços” e “documentos de habilitação”.

22.22. Para conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação local, estando a pregoeira e a equipe de apoio à disposição dos interessados no horário de 8h às 11h30m e das 13h às 17h, nos dias úteis;

23. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

23.1. Da nomeação do Gestor

Consta da indicação por meio da Portaria nº 171/2025, de 02 de outubro de 2025 para gestora de contratos do Fundo Municipal de Saúde, a Sra. Ane Caroline de Lima Silva, CPF: ***.799.571-**, matrícula nº 46.895, atendendo, nesse caso os termos do artigo 13º, XXI da Instrução Normativa nº 009/2023 do TCM-GO.

23.2. Da nomeação do Fiscal

Consta da indicação por meio da Portaria nº 171/2025, de 02 de outubro de 2025 para fiscal de contratos do Fundo Municipal de Saúde, o Sr. Flávio Martins, CPF: ***.313.661-**, matrícula nº 46.369, atendendo, nesse caso os termos do artigo 13º, XXI da Instrução Normativa nº 009/2023 do TCM-GO.

24. DA VIGÊNCIA

24.1. O instrumento contratual, decorrente deste edital, **entrará em vigor a partir da publicação e expirará em 12 (doze) meses**, ou quando cumpridas todas condições pactuadas, prevalecendo à situação que ocorrer primeiro, sendo vedada a prorrogação.



25. DO FORO

25.1 para dirimir as questões oriundas do presente edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o **foro de Aparecida de Goiânia**, no estado de goiás, por mais privilegiado que outro seja.

26. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL E DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

26.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

26.2. Sem prejuízo do disposto no subitem 26.1, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

26.3. É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos no sítio eletrônico oficial <https://transparencia.aparecida.go.gov.br/licitacoes/3> ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.

26.4. Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no endereço eletrônico referido no subitem 26.3, os documentos e informações a seguir:

- a) cópia integral do edital com seus anexos;
- b) resultado da licitação;
- c) contratos firmados.

SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de junho de 2026.

VIVANE BATISTA DE OLIVEIRA
Secretária Executiva de Licitação

DANIELA TELES SILVA
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP

1. OBJETO

1.1. Instauração de processo licitatório na modalidade Registro de Preço para aquisição de aspiradores de secreção elétrico, para atender todas Unidades de Urgência e Emergência, Maternidade e o SAMU que compõem a rede de saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Aparecida de Goiânia-GO, por um período de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo.

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VL. UNIT. R\$	VL. TOTAL R\$
01	10	UNIDADE			
Descritivo: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL FINALIDADE DO EQUIPAMENTO: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DESTINADO À ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES, SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS EM ATENDIMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES E PRÉ-HOSPITALARES, INCLUINDO SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ESPECIALMENTE EM AMBULÂNCIAS. DEVE PERMITIR USO CONTÍNUO E SEGURO, COM DESEMPENHO ADEQUADO, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, AUTONOMIA POR BATERIA E FÁCIL TRANSPORTE. REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS: TIPO DE EQUIPAMENTO: EQUIPAMENTO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DE USO MÉDICO/HOSPITALAR E PRÉ-HOSPITALAR, ADEQUADO PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO EM AMBIENTES MÓVEIS, COMO AMBULÂNCIAS E ATENDIMENTOS EXTERNOS. CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO E DESEMPENHO:					



VAZÃO DE AR MÍNIMA DE 20 LITROS POR MINUTO, SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS COM VAZÃO IGUAL OU SUPERIOR. SISTEMA DE VÁCUO AJUSTÁVEL, COM PRESSÃO NEGATIVA MÍNIMA DE -500 MMHG OU EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, 20 POL.HG.

SISTEMA DE AJUSTE GRADUAL DA PRESSÃO NEGATIVA. INDICADOR DE PRESSÃO/VÁCUO EM TEMPO REAL, ANALÓGICO OU DIGITAL.

FRASCO COLETOR:

EQUIPADO COM UM FRASCO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 LITROS E 2,0 LITROS. FRASCO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, INQUEBRÁVEL OU EQUIVALENTE, COMPATÍVEL COM PROCESSOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, INCLUSIVE AUTOCLAVE, RESISTENTE A TEMPERATURAS MÍNIMAS DE 121 °C. FRASCO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO DE VOLUME VISÍVEL. TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA E CONEXÕES SIMPLES E RÁPIDAS. SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO.

SISTEMA DE SEGURANÇA E FILTRAGEM:

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA DO MOTOR. FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO, REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DO MOTOR E AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL.

MOTOR E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

MOTOR DE VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, PREFERENCIALMENTE INFERIOR A 60 DB.

ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU COM CHAVE SELETORA.

BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS EM USO CONTÍNUO. POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR FONTE VEICULAR (12 V), QUANDO APLICÁVEL.

FONTE EXTERNA PARA CARREGAMENTO DA BATERIA. INDICADOR DE CARGA DA



BATERIA NO PAINEL DO EQUIPAMENTO.

ESTRUTURA E MOBILIDADE:

ESTRUTURA LEVE, COMPACTA E RESISTENTE A IMPACTOS, UMIDADE E TREPIDAÇÕES. CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, COMO ABS OU EQUIVALENTE, ISENTA DE OXIDAÇÃO. SUPERFÍCIE LISA, QUE FACILITE A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ASSEPSIA.

ALÇA ERGONÔMICA E/OU BOLSA PARA TRANSPORTE. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EM SUPORTE VEICULAR OU ESTRUTURA COMPATÍVEL, QUANDO APLICÁVEL.

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

COMANDOS SIMPLES E DE FÁCIL OPERAÇÃO, ADEQUADOS A SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA ELÉTRICA.

ITENS QUE DEVEM ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO:

UM FRASCO COLETOR AUTOCLAVÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 E 2,0 LITROS. UM FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO. UM KIT DE TUBOS DE SILICONE OU PVC ATÓXICO COMPATÍVEL. UM CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA. UMA FONTE CARREGADORA E/OU CABO VEICULAR, QUANDO APLICÁVEL. UMA BOLSA OU ALÇA PARA TRANSPORTE. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA.

CERTIFICAÇÕES E NORMAS:

REGISTRO ATIVO E VÁLIDO DO EQUIPAMENTO NA ANVISA. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DO FABRICANTE. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA IEC 60601-1 E CORRELATAS. FABRICAÇÃO CONFORME A NORMA ISO 13485.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.



ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL. DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E CONSUMÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, POR PERÍODO MÍNIMO DE CINCO ANOS.

**Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006*

2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de aspiradores de secreção elétricos, contemplando modelos cirúrgicos móveis para uso hospitalar e modelos portáteis para atendimento pré-hospitalar, é essencial para assegurar a adequada assistência aos pacientes atendidos na rede municipal de saúde, abrangendo desde ambientes hospitalares de alta complexidade até atendimentos de urgência e emergência realizados fora do ambiente hospitalar.

O aspirador de secreção elétrico, cirúrgico e móvel é equipamento indispensável para a aspiração de secreções, sangue e fluidos corporais durante procedimentos cirúrgicos, atendimentos emergenciais e cuidados contínuos em unidades assistenciais críticas, como centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva e pronto-atendimentos. Sua utilização contribui diretamente para a manutenção das vias aéreas pervias, prevenção de broncoaspiração e redução de riscos clínicos, sendo fundamental em pacientes submetidos a procedimentos invasivos ou em estado grave. Trata-se de equipamento que deve permitir uso contínuo, com alto desempenho, segurança e mobilidade, garantindo resposta imediata às demandas assistenciais e suporte adequado à vida.

De forma complementar, o aspirador de secreção elétrico portátil é destinado à aspiração de secreções, sangue e fluidos corporais em atendimentos de urgência e emergência, especialmente no contexto do atendimento pré-hospitalar realizado pelo SAMU, no transporte de pacientes e em ambientes extra-hospitalares. Esse equipamento é essencial para a estabilização clínica inicial do paciente, contribuindo para a desobstrução das vias aéreas e a segurança durante o deslocamento até a unidade de referência. Para essa finalidade, faz-se necessária a disponibilidade de aspiradores com design compacto, leve, robusto e seguro, que assegurem desempenho adequado, confiabilidade operacional e facilidade de transporte, mesmo em condições adversas de uso.

Do ponto de vista técnico e normativo, a disponibilidade de equipamentos para aspiração de secreções está alinhada às diretrizes assistenciais e às exigências da RDC nº 7/2010 da ANVISA, que estabelece requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva, incluindo



recursos essenciais para suporte avançado à vida. Da mesma forma, os protocolos de atendimento pré-hospitalar e de urgência e emergência reconhecem a aspiração como procedimento básico e imprescindível para o manejo seguro do paciente crítico.

No contexto da rede municipal de saúde, observa-se elevada demanda por atendimentos de média e alta complexidade, bem como por ocorrências atendidas pelo SAMU, que exigem equipamentos confiáveis e em quantitativo suficiente. Parte do parque tecnológico atualmente disponível encontra-se desgastada pelo uso contínuo ou apresenta limitações operacionais, o que reforça a necessidade de reposição e ampliação dos equipamentos disponíveis.

Dessa forma, a aquisição dos aspiradores de secreção elétricos, tanto para uso hospitalar quanto para uso portátil no atendimento pré-hospitalar, mostra-se necessária e estratégica para garantir a continuidade dos serviços, fortalecer a capacidade de resposta das equipes assistenciais e assegurar conformidade com as normas sanitárias vigentes. A medida contribui diretamente para a segurança do paciente, a qualidade da assistência prestada e o adequado funcionamento da rede de atenção à saúde, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde.

3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

3.1. Conforme item 17 do edital.

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 15.591,20**

4.2. O custo estimado elaborado com em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisa de mercado, etc.

4.3. O recurso financeiro para custear a presente contratação será proveniente das dotações orçamentárias de acordo com as seguintes fontes:

➤ **MAC**

5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O item será recebido:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

5.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6. PAGAMENTO

6.1. Conforme itens 18 e 19 do Edital.

6.2. Da nomeação do Gestor

Consta da indicação por meio da Portaria nº 171/2025, de 02 de outubro de 2025 para gestora de contratos do Fundo Municipal de Saúde, a Sra. Ane Caroline de Lima Silva, CPF: ***.799.571-**, matrícula nº 46.895, atendendo, nesse caso os termos do artigo 13º, XXI da Instrução Normativa nº 009/2023 do TCM-GO.

6.3 Da nomeação do Fiscal

Consta da indicação por meio da Portaria nº 171/2025, de 02 de outubro de 2025 para fiscal de contratos do Fundo Municipal de Saúde, o Sr. Flávio Martins, CPF: ***.313.661-**, matrícula nº 46.369, atendendo, nesse caso os termos do artigo 13º, XXI da Instrução Normativa nº 009/2023 do TCM-GO.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

7.1. Conforme subitem 16.9 e 16.10 do edital.



8. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS

8.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.2. Este Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021;

8.3. A recomposição de preços com vistas ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro somente se dará após o prazo da validade da proposta, que não deverá ser inferior à 60 (Sessenta) dias, mediante apresentação de requerimento apresentando a planilha de composição de preços dos produtos, bem como documentos que comprovem satisfatoriamente a quebra do equilíbrio econômico financeiro do contrato;

8.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial ressalvado as condições relativas às supressões, que poderão exceder este limite, conforme previsto no artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização da contratação será exercida por servidor devidamente nomeado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

10. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso do processo administrativo e da contratação são aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021.

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2026.

Carlos Eduardo de Paula Itacaramby
Superintendente de Gestão e Planejamento



APENSO AO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIDADE ATENDIDA PELO ESTUDO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1. OBJETO:

Instauração de processo licitatório na modalidade **Registro de Preço** para aquisição de aspiradores de secreção elétrica, para atender todas Unidades de Urgência e Emergência, Maternidade e o SAMU que compõem a rede de saúde da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Aparecida de Goiânia-GO, por um período de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de aspiradores de secreção elétricos, contemplando modelos cirúrgicos móveis para uso hospitalar e modelos portáteis para atendimento pré-hospitalar, é medida essencial para garantir a adequada assistência aos pacientes atendidos na rede municipal de saúde, tanto em ambiente hospitalar quanto nas ações de urgência e emergência realizadas pelo SAMU. Esses equipamentos são indicados em situações clínicas que demandam a aspiração imediata de secreções, sangue e fluidos corporais, sendo fundamentais para a manutenção das vias aéreas pervias, prevenção de broncoaspiração e suporte básico e avançado à vida em procedimentos cirúrgicos, unidades críticas, pronto-atendimentos e durante o transporte de pacientes.

Além de sua relevância assistencial, a contratação está tecnicamente fundamentada em normativas e diretrizes oficiais, como a RDC nº 7/2010 da ANVISA, que estabelece requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva, incluindo a disponibilidade de equipamentos essenciais para o manejo seguro do paciente crítico. Da mesma forma, os protocolos de atendimento de urgência, emergência e pré-hospitalar reconhecem a aspiração de vias aéreas como procedimento indispensável para a estabilização clínica e segurança do paciente, tanto no ambiente intra-hospitalar quanto extra-hospitalar.

No contexto local, a rede municipal de saúde apresenta elevada demanda por atendimentos de média e alta complexidade, com utilização frequente de aspiradores de secreção em centros cirúrgicos, UTIs,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

pronto-atendimentos e nas ocorrências atendidas pelo SAMU. Atualmente, parte do parque tecnológico encontra-se desgastada pelo uso contínuo ou em quantitativo insuficiente para atender plenamente a demanda assistencial, o que pode comprometer a continuidade dos serviços e a segurança dos pacientes e profissionais.

Dessa forma, a contratação dos aspiradores de secreção elétricos mostra-se indispensável para suprir a demanda assistencial da rede municipal de saúde, substituir equipamentos obsoletos ou com desempenho reduzido e assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança dos serviços prestados. Trata-se de uma ação estratégica que garante conformidade com as normas sanitárias vigentes e contribui diretamente para a qualificação da assistência, fortalecendo a estrutura de atendimento e promovendo um cuidado seguro, eficaz e alinhado aos princípios do Sistema Único de Saúde.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Empresa especializada na comercialização de equipamentos médico-hospitalares, devidamente regularizada e com toda a documentação fiscal, jurídica e técnica exigida pela legislação vigente. Possui estrutura operacional e logística compatível com as exigências do fornecimento, incluindo equipe técnica qualificada para prestar suporte, orientações de uso e assistência técnica ao material fornecido, assegurando sua correta aplicação e funcionamento conforme os padrões de segurança e eficácia estabelecidos pelas normas sanitárias e regulamentares.

4. PRAZOS E VOLUMES A SEREM CONTRATADOS

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VL. UNIT. R\$	VL. TOTAL R\$
01	10	UNIDADE			
Descritivo: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL					
FINALIDADE DO EQUIPAMENTO:					
ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DESTINADO À ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES, SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS EM ATENDIMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES E PRÉ-HOSPITALARES, INCLUINDO SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ESPECIALMENTE EM AMBULÂNCIAS. DEVE PERMITIR USO					



CONTÍNUO E SEGURO, COM DESEMPENHO ADEQUADO, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, AUTONOMIA POR BATERIA E FÁCIL TRANSPORTE.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

TIPO DE EQUIPAMENTO:

EQUIPAMENTO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DE USO MÉDICO/HOSPITALAR E PRÉ-HOSPITALAR, ADEQUADO PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO EM AMBIENTES MÓVEIS, COMO AMBULÂNCIAS E ATENDIMENTOS EXTERNOS.

CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO E DESEMPENHO:

VAZÃO DE AR MÍNIMA DE 20 LITROS POR MINUTO, SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS COM VAZÃO IGUAL OU SUPERIOR. SISTEMA DE VÁCUO AJUSTÁVEL, COM PRESSÃO NEGATIVA MÍNIMA DE -500 MMHG OU EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, 20 POL.HG.

SISTEMA DE AJUSTE GRADUAL DA PRESSÃO NEGATIVA. INDICADOR DE PRESSÃO/VÁCUO EM TEMPO REAL, ANALÓGICO OU DIGITAL.

FRASCO COLETOR:

EQUIPADO COM UM FRASCO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 LITROS E 2,0 LITROS. FRASCO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, INQUEBRÁVEL OU EQUIVALENTE, COMPATÍVEL COM PROCESSOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, INCLUSIVE AUTOCLAVE, RESISTENTE A TEMPERATURAS MÍNIMAS DE 121 °C. FRASCO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO DE VOLUME VISÍVEL. TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA E CONEXÕES SIMPLES E RÁPIDAS. SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO.

SISTEMA DE SEGURANÇA E FILTRAGEM:

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA DO MOTOR. FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO, REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DO MOTOR E AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL.

MOTOR E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:



MOTOR DE VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, PREFERENCIALMENTE INFERIOR A 60 DB.

ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU COM CHAVE SELETORA.

BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS EM USO CONTÍNUO. POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR FONTE VEICULAR (12 V), QUANDO APLICÁVEL.

FONTE EXTERNA PARA CARREGAMENTO DA BATERIA. INDICADOR DE CARGA DA BATERIA NO PAINEL DO EQUIPAMENTO.

ESTRUTURA E MOBILIDADE:

ESTRUTURA LEVE, COMPACTA E RESISTENTE A IMPACTOS, UMIDADE E TREPIDAÇÕES. CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, COMO ABS OU EQUIVALENTE, ISENTA DE OXIDAÇÃO. SUPERFÍCIE LISA, QUE FACILITE A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ASSEPSIA.

ALÇA ERGONÔMICA E/OU BOLSA PARA TRANSPORTE. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EM SUPORTE VEICULAR OU ESTRUTURA COMPATÍVEL, QUANDO APLICÁVEL.

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

COMANDOS SIMPLES E DE FÁCIL OPERAÇÃO, ADEQUADOS A SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA ELÉTRICA.

ITENS QUE DEVEM ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO:

UM FRASCO COLETOR AUTOCLAVÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 E 2,0 LITROS. UM FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO. UM KIT DE TUBOS DE SILICONE OU PVC ATÓXICO COMPATÍVEL. UM CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA. UMA FONTE CARREGADORA E/OU CABO VEICULAR, QUANDO APLICÁVEL. UMA BOLSA OU ALÇA PARA TRANSPORTE. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA.



CERTIFICAÇÕES E NORMAS:

REGISTRO ATIVO E VÁLIDO DO EQUIPAMENTO NA ANVISA. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DO FABRICANTE. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA IEC 60601-1 E CORRELATAS. FABRICAÇÃO CONFORME A NORMA ISO 13485.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL. DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E CONSUMÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, POR PERÍODO MÍNIMO DE CINCO ANOS.

**Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006*

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

A escolha da solução a contratar baseou-se em levantamento de mercado realizado por meio de consulta ao Banco de Preços, com o objetivo de identificar referências de valores praticados pela Administração Pública para a aquisição de aspiradores de secreção elétricos, tanto na versão cirúrgica móvel para uso hospitalar quanto na versão portátil para atendimento pré-hospitalar. A pesquisa permitiu verificar a existência de diversos registros de aquisições similares realizadas por órgãos públicos, evidenciando a ampla disponibilidade desses equipamentos no mercado nacional, bem como a existência de fornecedores devidamente habilitados e regulares.

O levantamento confirmou a viabilidade da contratação, a compatibilidade da solução com as necessidades assistenciais da rede municipal de saúde e o atendimento aos parâmetros técnicos e sanitários exigidos para esse tipo de equipamento. Com base nos dados obtidos, foi possível estabelecer uma estimativa de preços compatível com a realidade do mercado, assegurando a economicidade da contratação e a observância dos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e vantajosidade que regem a Administração Pública.



6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

Para fins de definição do valor estimado da contratação, considerou-se como preço referencial a média dos valores praticados em aquisições similares, conforme registros constantes no Banco de Preços. A análise foi realizada com base em contratações públicas recentes e compatíveis com as especificações técnicas exigidas para aspiradores de secreção elétricos, tanto na versão cirúrgica móvel para uso hospitalar quanto na versão portátil para atendimento pré-hospitalar, assegurando a compatibilidade entre os equipamentos pesquisados e o objeto pretendido.

O valor médio apurado foi utilizado como parâmetro para garantir a razoabilidade dos preços estimados e a economicidade da contratação, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a prevenção de sobrepreço e para a adequada alocação dos recursos públicos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente solução contempla a aquisição de aspiradores de secreção elétricos, abrangendo modelos cirúrgicos móveis para uso hospitalar e modelos portáteis destinados ao atendimento pré-hospitalar, com utilização nas unidades assistenciais da rede municipal de saúde e nas ações realizadas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Esses equipamentos são essenciais para a aspiração segura e eficaz de secreções, sangue e fluidos corporais, contribuindo diretamente para a manutenção das vias aéreas pérvias, prevenção de broncoaspiração e suporte imediato à vida em procedimentos cirúrgicos, atendimentos de urgência e emergência e no cuidado a pacientes críticos.

A demanda contínua por atendimentos em centros cirúrgicos, unidades de terapia intensiva, pronto-atendimentos e no ambiente pré-hospitalar exige a disponibilidade de equipamentos confiáveis, com desempenho adequado, uso contínuo e mobilidade. Os aspiradores de secreção elétricos hospitalares possibilitam a remoção eficiente de fluidos durante procedimentos e cuidados intensivos, enquanto os modelos portáteis asseguram a estabilização do paciente em ambientes extra-hospitalares e durante o transporte, mesmo em condições adversas, garantindo segurança e confiabilidade operacional.

A solução proposta atende às necessidades da rede municipal de saúde, que atualmente enfrenta limitações decorrentes do desgaste natural do parque tecnológico e da insuficiência de equipamentos frente à demanda assistencial. A aquisição visa à reposição e à ampliação do quantitativo disponível, assegurando resposta rápida e qualificada em situações críticas, além de promover a padronização dos equipamentos utilizados nas diferentes frentes de atendimento.



A proposta está alinhada às normas sanitárias vigentes, em especial à RDC nº 7/2010 da ANVISA, bem como aos protocolos assistenciais de urgência, emergência e terapia intensiva, contribuindo para a segurança do paciente e para a qualificação do cuidado prestado. Trata-se de uma ação estratégica voltada à continuidade dos serviços, à eficiência operacional e à melhoria dos desfechos clínicos, fortalecendo a rede de atenção à saúde do município em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza da solução proposta, que contempla a aquisição de aspiradores de secreção elétricos para diferentes finalidades assistenciais, conclui-se pela não recomendação do parcelamento da solução por lote único, uma vez que se tratam de equipamentos distintos, com características técnicas, aplicações e contextos de uso específicos, quais sejam: aspirador de secreção elétrico, cirúrgico e móvel para uso hospitalar e aspirador de secreção elétrico portátil para atendimento pré-hospitalar.

A justificativa para o não parcelamento da solução em um único item baseia-se nos seguintes fundamentos técnicos e administrativos:

1. Diferença de finalidade e aplicação clínica: Os aspiradores de secreção hospitalares e os aspiradores portáteis destinam-se a contextos assistenciais distintos. O primeiro é voltado ao uso contínuo em centros cirúrgicos, UTIs e pronto-atendimentos, enquanto o segundo é projetado para uso em atendimentos de urgência e emergência, transporte de pacientes e ambientes extra-hospitalares, exigindo características específicas de portabilidade, autonomia e resistência.
2. Especificações técnicas distintas: Os equipamentos apresentam diferenças relevantes quanto à capacidade de aspiração, fonte de alimentação, autonomia, mobilidade, estrutura física e requisitos de segurança, o que inviabiliza sua consolidação em um único item sem prejuízo à adequada definição técnica e à qualidade da contratação.
3. Ampliação da competitividade e isonomia: A separação dos itens permite a participação de fornecedores especializados em cada tipo de equipamento, ampliando a competitividade do certame e assegurando o princípio da isonomia, sem comprometer a funcionalidade ou a integração da solução no âmbito da rede de saúde.



4. Racionalização e economicidade dos recursos públicos: A contratação dos equipamentos de forma individualizada possibilita melhor comparação entre propostas, maior precisão na estimativa de preços e redução do risco de sobre preço, além de assegurar a aquisição de equipamentos plenamente adequados às necessidades reais de cada frente de atendimento.

Dessa forma, recomenda-se a não unificação dos equipamentos em um único item, mantendo-se a contratação em itens distintos, por se tratar de solução tecnicamente justificável, legalmente permitida e economicamente vantajosa, atendendo aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, conforme a legislação vigente.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A aquisição de aspiradores de secreção elétricos, nas versões cirúrgica móvel para uso hospitalar e portátil para atendimento pré-hospitalar, visa alcançar resultados concretos em termos de economicidade, racionalização de recursos e qualificação da assistência prestada, promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e aprimorando os serviços de saúde ofertados à população.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a disponibilidade de equipamentos adequados e em quantitativo suficiente contribui para a redução de custos indiretos associados a complicações clínicas decorrentes da obstrução de vias aéreas, broncoaspiração e agravamento do quadro clínico do paciente. A aspiração eficaz e oportuna reduz a necessidade de intervenções mais complexas, diminui o tempo de internação, especialmente em unidades críticas, e otimiza a rotatividade de leitos, refletindo diretamente na diminuição dos custos assistenciais.

Em relação aos recursos humanos, o uso de aspiradores de secreção modernos, confiáveis e adequados a cada contexto assistencial facilita o manejo clínico por parte das equipes multiprofissionais, reduz o tempo de resposta em situações de urgência e emergência e aumenta a segurança dos procedimentos. Equipamentos com operação simples e desempenho estável permitem melhor organização do trabalho, maior agilidade no atendimento e liberação dos profissionais para outras atividades assistenciais, sem prejuízo da qualidade do cuidado.

Quanto ao aproveitamento dos recursos materiais, a aquisição de equipamentos padronizados e com maior durabilidade contribui para a redução de falhas, manutenções corretivas frequentes e



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

substituições emergenciais. Isso promove melhor gestão do parque tecnológico, evita desperdícios e assegura maior vida útil dos equipamentos, desde que observados os protocolos de uso e manutenção.

Assim, os resultados esperados incluem a redução de custos assistenciais diretos e indiretos, a otimização do trabalho das equipes de saúde e a racionalização do uso dos recursos materiais e financeiros, fortalecendo a eficiência da rede municipal de saúde e promovendo atendimento seguro, eficaz e sustentável.

10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO

Após análise técnica da demanda apresentada, considera-se viável a aquisição de aspiradores de secreção elétricos, tanto para uso hospitalar quanto para uso portátil no atendimento pré-hospitalar, destinados às unidades assistenciais da rede municipal de saúde e ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A solução atende plenamente às necessidades assistenciais identificadas, encontra-se tecnicamente fundamentada nas normas sanitárias e protocolos vigentes e mostra-se compatível com os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Os aspiradores de secreção são equipamentos amplamente reconhecidos como essenciais para o manejo seguro de pacientes em procedimentos cirúrgicos, unidades críticas, pronto-atendimentos, transporte e atendimentos de urgência e emergência. Sua utilização contribui para a prevenção de complicações, aumento da segurança do paciente e melhoria da resolutividade clínica, além de representar uma solução custo-efetiva para a rede pública de saúde.

Do ponto de vista operacional, a implementação da solução é plenamente exequível, considerando a infraestrutura existente, a capacidade técnica das equipes assistenciais e a familiaridade dos profissionais com o uso desse tipo de equipamento.

Dessa forma, declara-se que a solução proposta é tecnicamente viável e adequada, com impactos positivos esperados na qualidade da assistência, na eficiência operacional dos serviços e na otimização do uso dos recursos públicos, justificando a continuidade do processo de contratação, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Aparecida de Goiânia, 19 de janeiro de 2026.

Ane Caroline de Lima Silva

Coordenadora de Eng. Clínica e Elaboração de Projetos



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

À Sr^a. Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do Município de Aparecida de Goiânia

Endereço: Rua Gervásio Pinheiro, área pública municipal, s/n Setor Solar Central Park, Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo, CEP: 74.968-500 Aparecida de Goiânia.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 068/2026 - SRP - REP.

Prezado(a) Senhor(a),

_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a presente proposta para a entrega do objeto, em conformidade com o Edital mencionado, conforme planilha e condições abaixo, já inclusos todos os custos diretos e indiretos, lucros e encargos, impostos taxas e demais custos incidentes.

(Especificar o OBJETO conforme planilha constante do Anexo I - Termo de Referência, contendo quantitativos, especificação do produto, valores e local de entrega).

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	CUSTOS INDIRETOS	TRIBUTOS	LUCRO	V.L. UNT.	V.L TOTAL
01								
Descritivo:								
VALOR TOTAL/GLOBAL DA PROPOSTA: R\$								

***A composição solicitada na proposta reajustada deverá evidenciar o seguinte: preço do produto, impostos e taxas, custo de entrega e transporte, encargos sociais e trabalhistas e outras despesas se houver.**

***A proposta reajustada e a planilha de custo poderá ser enviada por e-mail, devidamente assinada por diretor, sócio ou representante da empresa licitante.**

Comprometemo-nos a fornecer o produto nas especificações, no prazo e condições previstos no Edital. Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua apresentação.

Localidade, ____ de _____ de _____
____ (assinatura) ____

Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(Preferencialmente em papel timbrado da Licitante)

À Sr. Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do Município de Aparecida de Goiânia

Endereço: Rua Gervásio Pinheiro, Área Pública Municipal, S/N, Setor Solar Central Park, Aparecida de Goiânia - Goiás. Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 068/2026 - SRP - REP.

Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa, com sede na, C.N.P.J. n.º, através de seu representante legal Sr. (a), cargo, CREDENCIA o (a) Sr. (a), portador (a) do R.G. n.º e C.P.F. n.º, para representá-la perante a Secretaria Licitação de Aparecida de Goiânia, na sessão pública do Pregão Eletrônico supra citado, outorgando-lhe plenos poderes para formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

Localidade, ____ de ____ de ____

____ (assinatura) ____
CARGO
R.G. n.º

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura. Este é um modelo de outorga de poderes, podendo ser dispensado se o representante comprovar poderes por meio de Procuração Pública ou Contrato/Estatuto Social.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Exigida pelo art. 63, I da Lei federal nº 14.133/2021)

À Sra. Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do Município de Aparecida de Goiânia

Endereço: Rua Gervásio Pinheiro, Área Pública Municipal, S/N, Setor Solar Central Park, Aparecida de Goiânia - Goiás. Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 068/2026 - SRP - REP

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada (*endereço completo*), DECLARA junto à(o) Pregoeira(o), que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente para participação no referido Pregão.

Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos Declarantes ⁽¹⁾.

(1) Ressalva declaratória para Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP): salvo para os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

Localidade, _____ de _____ de

(assinatura)

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal, que comprove poderes para tal investidura.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

À Sr. Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação da Município de Aparecida de Goiânia

Endereço: Rua Gervásio Pinheiro, Área Pública Municipal, S/N, Setor Solar Central Park, Aparecida de Goiânia - Goiás. Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 068/2026 - SRP - REP.

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** expressamente sob as penas da Lei, QUE está ciente da proibição de empregar em horário noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer outro tipo de trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de acordo com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 e em acordo com a Lei Federal n.º 9.854/99.

Localidade, ____ / ____ / ____.

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À Sr. Pregoeira

Secretaria Executiva de Licitação do Município de Aparecida de Goiânia

Endereço: Rua Gervásio Pinheiro, Área Pública Municipal, S/N, Setor Solar Central Park, Aparecida de Goiânia - Goiás. Prédio Cidade Administrativa Maguito Vilela, piso térreo.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 068/2026 - SRP - REP.

DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação na licitação em referência, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ não foi declarada INIDÔNEA, bem como não possui qualquer outro fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Ainda, declaro que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Localidade, _____/_____/_____.

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

C O N T R A T O N.º ____/____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA _____, VISANDO A AQUISIÇÃO DE ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MATERNIDADE E O SAMU QUE COMPÕEM A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.005.727/0001-24, sediado na Rua Gervásio Pinheiro, Área Pública II, s/nº, Setor Solar Central Park, CEP 74.968-500, por intermédio da **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.809.185/0001-04, sediado à Rua Antônio B. Sandoval, s/nº, Área Pública 3, Setor Central- Aparecida de Goiânia, CEP 74.980-030, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SR. ALESSANDRO LEONARDO ÁLVARES MAGALHÃES**, inscrito no CPF - 784.995.181-68.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com seus atos constitutivos registrados no(a) _____, sediada em _____, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada, pelo(s) sócio(s) Sr(a). _____, nacionalidade, estado civil, profissão, Identidade nº _____, CPF nº _____ doravante denominada apenas **CONTRATADA** têm entre si justo e avençado, e



celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

FUNDAMENTO E VINCULAÇÃO: Este contrato decorre da licitação realizada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 068/2026 - SRP - REP**, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e demais legislações pertinentes. Consideram-se integrantes do presente instrumento contratual o Edital e seus anexos, a proposta de preços da CONTRATADA, e demais documentos, no que couber, constantes do processo administrativo nº. **2026.134.202**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **AQUISIÇÃO DE ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MATERNIDADE E O SAMU QUE COMPÕEM A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do termo de referência, da proposta da contratada e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe. Os produtos ora contratados são:

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VL. UNIT. R\$	VL. TOTAL R\$
01	10	UNIDADE			
Descritivo: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL					
FINALIDADE DO EQUIPAMENTO:					
ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DESTINADO À ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES, SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS EM ATENDIMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES E PRÉ-HOSPITALARES, INCLUINDO SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ESPECIALMENTE EM AMBULÂNCIAS. DEVE PERMITIR USO CONTÍNUO E SEGURO, COM DESEMPENHO ADEQUADO, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, AUTONOMIA POR BATERIA E FÁCIL TRANSPORTE.					
REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:					



TIPO DE EQUIPAMENTO:

EQUIPAMENTO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DE USO MÉDICO/HOSPITALAR E PRÉ-HOSPITALAR, ADEQUADO PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO EM AMBIENTES MÓVEIS, COMO AMBULÂNCIAS E ATENDIMENTOS EXTERNOS.

CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO E DESEMPENHO:

VAZÃO DE AR MÍNIMA DE 20 LITROS POR MINUTO, SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS COM VAZÃO IGUAL OU SUPERIOR. SISTEMA DE VÁCUO AJUSTÁVEL, COM PRESSÃO NEGATIVA MÍNIMA DE -500 MMHG OU EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, 20 POL.HG.

SISTEMA DE AJUSTE GRADUAL DA PRESSÃO NEGATIVA. INDICADOR DE PRESSÃO/VÁCUO EM TEMPO REAL, ANALÓGICO OU DIGITAL.

FRASCO COLETOR:

EQUIPADO COM UM FRASCO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 LITROS E 2,0 LITROS. FRASCO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, INQUEBRÁVEL OU EQUIVALENTE, COMPATÍVEL COM PROCESSOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, INCLUSIVE AUTOCLAVE, RESISTENTE A TEMPERATURAS MÍNIMAS DE 121 °C. FRASCO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO DE VOLUME VISÍVEL. TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA E CONEXÕES SIMPLES E RÁPIDAS. SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO.

SISTEMA DE SEGURANÇA E FILTRAGEM:

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA DO MOTOR. FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO, REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DO MOTOR E AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL.

MOTOR E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

MOTOR DE VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, PREFERENCIALMENTE INFERIOR A 60 DB.



ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU COM CHAVE SELETORA.

BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS EM USO CONTÍNUO. POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR FONTE VEICULAR (12 V), QUANDO APLICÁVEL.

FONTE EXTERNA PARA CARREGAMENTO DA BATERIA. INDICADOR DE CARGA DA BATERIA NO PAINEL DO EQUIPAMENTO.

ESTRUTURA E MOBILIDADE:

ESTRUTURA LEVE, COMPACTA E RESISTENTE A IMPACTOS, UMIDADE E TREPIDAÇÕES. CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, COMO ABS OU EQUIVALENTE, ISENTA DE OXIDAÇÃO. SUPERFÍCIE LISA, QUE FACILITE A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ASSEPSIA.

ALÇA ERGONÔMICA E/OU BOLSA PARA TRANSPORTE. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EM SUPORTE VEICULAR OU ESTRUTURA COMPATÍVEL, QUANDO APLICÁVEL.

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

COMANDOS SIMPLES E DE FÁCIL OPERAÇÃO, ADEQUADOS A SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA ELÉTRICA.

ITENS QUE DEVEM ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO:

UM FRASCO COLETOR AUTOCLAVÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 E 2,0 LITROS. UM FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO. UM KIT DE TUBOS DE SILICONE OU PVC ATÓXICO COMPATÍVEL. UM CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA. UMA FONTE CARREGADORA E/OU CABO VEICULAR, QUANDO APLICÁVEL. UMA BOLSA OU ALÇA PARA TRANSPORTE. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA.

CERTIFICAÇÕES E NORMAS:

REGISTRO ATIVO E VÁLIDO DO EQUIPAMENTO NA ANVISA. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DO FABRICANTE. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE



SEGURANÇA ELÉTRICA IEC 60601-1 E CORRELATAS. FABRICAÇÃO CONFORME A NORMA ISO 13485.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL. DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E CONSUMÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, POR PERÍODO MÍNIMO DE CINCO ANOS.

***Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006**

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA

2.1. Os produtos serão entregues de **forma parcelada** ou conforme a necessidade do Fundo Municipal de Saúde, provisoriamente para efeito de verificação de conformidade dos mesmos atendendo as especificações solicitadas, no Termo de Referência, que constitui Anexo I do Edital.

2.1.1. O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho e Autorização de Entrega emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.1.2. A Contratada deverá fornecer um e-mail para contato onde pelo mesmo será passado a Nota de Empenho e Autorização de Entrega, além de outros comunicados, sendo o prazo de 24hrs para confirmação, caso não seja feito será considerado recebido após o prazo.

2.1.3. Os itens deverão ser entregues no **almoxarifado de equipamentos e materiais permanentes que se localiza no endereço Avenida Montenegro, Quadra 42, Lote 15, Jardim Cristal, Aparecida de Goiânia – GO.**

2.2. O item será recebido:

- a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **10 (dez) dias úteis** do recebimento provisório.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou matrícula do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

2.4. Constatadas irregularidades no objeto entregue, o Contratante poderá:

2.4.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

2.4.1.1. Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da notificação por escrito;

2.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

2.4.2.1. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da notificação por escrito.

2.5. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após, verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante “Atestado de Recebimento” ou “Recibo”, firmado pelo servidor responsável, o qual acompanha a nota fiscal/fatura.

2.6. No preço contratado deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições, taxas, frete, transporte, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes para a perfeita execução do contrato.

2.7. Serão designados pela Secretaria Municipal de Administração representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

2.8. Serão atribuições do gestor do contrato:

a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
- d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
- e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
- k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

2.9. Serão atribuições do fiscal do contrato:

- a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
- b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
- c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
- d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de seu fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Este instrumento contratual **entrará em vigor a partir da publicação e expirará em 12 (doze) meses**, ou quando cumpridas todas condições pactuadas, prevalecendo à situação que ocorrer primeiro, **sendo vedada a sua prorrogação.**

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, E PAGAMENTO

4.1. DO PREÇO: A contratada obriga-se a fornecer o objeto deste contrato pelos preços unitários constantes do subitem 1.1, perfazendo o valor total de R\$ ____ (_____).

4.1.1. Nos preços estipulados estão incluídos todos os custos decorrentes da prestação dos serviços tais como: mão de obra, salário, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de segurança do trabalho e trabalhistas, fretes, seguros, impostos e taxas, contribuições e alvarás, ou quaisquer outros custos incidentes diretos ou indiretos, mesmo não especificados e que sejam necessários à consecução deste, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro.

4.2. DA FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, respeitada a ordem cronológica de pagamentos por fonte de recursos, e suas alterações posteriores, contados da data do recebimento definitivo do objeto.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

4.3. Para habilitar-se ao pagamento, a contratada deverá apresentar na FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE a(s) fatura(s) emitida(s) em moeda corrente, devidamente acompanhada das Certidões de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, e CNDT, contendo no mínimo os seguintes dados:

4.3.1. Data de emissão;

4.3.2. Estar endereçada ao **Fundo Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia**, situada na Rua Antônio Barbosa Sandoval, Qd.04, Lt.01, APM 3, Centro – Aparecida de Goiânia – GO – CEP: 74.980-030 – CNPJ: 11.809.185/0001-04.

4.3.3. Conter o nº do CNPJ informado no contrato;

4.3.4. Valor unitário e total;

4.3.5. Especificação do objeto fornecido.

4.3.6. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

4.3.7. Ocorrendo atraso no pagamento a adjudicatária fará jus a juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*, da data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento.

4.3.8. A administração deve observar o Dever de pagamento através da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (Art. 141.):

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;

III - prestação de serviços;

IV - Realização de obras.

4.4. DO REAJUSTAMENTO

4.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado contido na proposta vencedora.



4.4.2. Não serão aceitos requerimentos de alteração dos valores instruídos com base apenas em notas fiscais.

4.4.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

4.4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice (s) definitivo(s)

4.4.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste ser(ão) obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

4.4.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s) em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.4.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, será de até um mês, admitida a prorrogação motivada por igual período, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/2021.

4.4.10. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes da eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

4.4.11. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte **Dotação Orçamentária:**

05.0520.10.302.0049.1021.449052

5.2. Os recursos financeiros utilizados para pagamento do presente objeto são oriundos da: **MAC.**



6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1. A CONTRATADA obriga-se a:

6.1.1. Executar, fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

6.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;

6.1.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

6.1.4. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

6.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

6.1.6. Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;

6.1.7. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, devendo fornecer os produtos conforme as especificações, prazos, locais e condições estabelecidas no instrumento convocatório;

6.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.9. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 14.133/2021 constituem ainda obrigações e responsabilidade da CONTRATADA:

6.1.9.1. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

6.1.9.2. Os itens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada na região metropolitana de Goiânia;



6.1.9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.9.3.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** o produto com as avarias ou defeitos;

6.1.9.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.1.9.5. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de **10 (dez) dias** que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.9.6. A CONTRATADA está obrigada a assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, incluindo cumprimento dos prazos, especificações técnicas, normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez;

6.1.9.7. Cumprir fielmente o Edital e seus Anexos de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, dentro do prazo.

6.1.9.8. Correrão por conta da Contratada, todas as despesas com impostos, fretes, transportes, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

6.1.9.9. A Contratada deverá obrigatoriamente entregar os produtos contratados, embalados adequadamente, separados por item nas quantidades e especificações que trata este termo.

6.1.9.10. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

6.1.9.11. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/2021;

6.1.9.10. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

6.1.9.11. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

6.1.9.12. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

6.1.9.13. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

6.1.9.14. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

6.1.9.15. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

6.1.9.16. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

6.1.9.17. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

6.1.9.18. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

6.2. O CONTRATANTE se compromete a:

6.2.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;



6.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do projeto básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

6.2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especificamente designado.

6.2.4. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

6.2.5. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

6.2.6. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

6.2.7. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

7. CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES E MULTA

7.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, não honrar o conteúdo da proposta ofertada, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas nos itens seguintes e das cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

7.1.1. As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

7.1.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

7.1.2.1. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

7.1.2.2. não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/21.

7.1.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

7.1.3. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

- a) entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

8.1.4. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Município.

8.1.5. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.2. Pelo descumprimento das demais obrigações assumidas, a licitante estará sujeita ainda às penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração.

8.2 - A rescisão poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados na Lei 14.133/2021;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

8.3 - Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9. CLÁUSULA NONA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Aos casos omissos, aplicar-se-á as demais disposições da Lei federal nº 14.133/2021 e alterações.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Para as questões resultantes do instrumento, fica eleito o Foro de Aparecida de Goiânia, Estado de



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

Goiás, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E assim por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Da nomeação do Gestor

Consta da indicação por meio da Portaria nº 171/2025, de 02 de outubro de 2025 para gestora de contratos do Fundo Municipal de Saúde, a Sra. Ane Caroline de Lima Silva, CPF: ***.799.571-**, matrícula nº 46.895, atendendo, nesse caso os termos do artigo 13º, XXI da Instrução Normativa nº 009/2023 do TCM-GO.

Da nomeação do Fiscal

Consta da indicação por meio da Portaria nº 171/2025, de 02 de outubro de 2025 para fiscal de contratos do Fundo Municipal de Saúde, o Sr. Flávio Martins, CPF: ***.313.661-**, matrícula nº 46.369, atendendo, nesse caso os termos do artigo 13º, XXI da Instrução Normativa nº 009/2023 do TCM-GO.

12. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA MATRIZ DE RISCOS

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia-GO

Coordenação Responsável: Engenharia Clínica e Elaboração de Projetos

Objeto: Aquisição de ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS para atender todas unidades de urgência e emergência, maternidade e SAMU que compõem a rede de saúde da Secretaria Municipal de Saúde do município de Aparecida de Goiânia-GO.

Modalidade: Registro de Preços

FASE 1: PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO

RISCO 01: Planejamento deficiente



Probabilidade: Baixa X | Média ☐ | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio X | Alto ☐

Dano(s):

- Prejuízo ao atendimento das demandas assistenciais da Secretaria;
- Subdimensionamento ou superdimensionamento de quantitativos;
- Distribuição inadequada dos equipamentos entre as unidades.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Realizar levantamento técnico das necessidades por unidade (UPA, Maternidade, SAMU);
- Quantificar adequadamente o objeto conforme censo de atendimentos e leitos;
- Considerar equipamentos de backup para manutenção;
- Mapear os aspiradores atuais (quantidade, estado de conservação, vida útil remanescente).

Ação(ões) de Contingência:

- Revisão de quantitativos com base em dados assistenciais atualizados;
- Redistribuição de equipamentos entre unidades conforme demanda real.

RISCO 02: Elaboração de Termo de Referência inadequado

Probabilidade: Baixa X | Média ☐ | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio X | Alto ☐

Dano(s):

- Aquisição de equipamentos sem certificação ANVISA/INMETRO vigente;
- Aspiradores com capacidade de vácuo insuficiente para aplicação clínica;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- Frascos coletores incompatíveis com padrões já utilizados na rede;
- Ausência de alarmes de segurança obrigatórios (sobrepresão, frasco cheio);
- Equipamentos sem garantia ou assistência técnica autorizada em Goiás;
- Comprometimento da segurança do paciente;
- Geração de custos extras com manutenção corretiva não planejada;
- Não conformidades em fiscalizações da Vigilância Sanitária.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Elaborar TR com especificações técnicas baseadas em requisitos funcionais e de desempenho;
- Validação técnica obrigatória do TR pela Coordenação de Engenharia Clínica;
- Verificar requisitos regulatórios:
 - Registro ANVISA vigente (conforme RDC nº 185/2001 e atualizações);
 - Certificação INMETRO quando aplicável;
 - Conformidade com NBR IEC 60601-1 (segurança básica);
 - Conformidade com NBR IEC 60601-2-24 (requisitos particulares para aspiradores).
- Exigir compatibilidade com insumos já padronizados na rede;
- Verificar disponibilidade de assistência técnica autorizada no Estado de Goiás;
- Solicitar revisão do TR pelo setor jurídico e de licitações.

Ação(ões) de Contingência:

- Refazer o Termo de Referência com apoio técnico especializado;
- Consulta a outros municípios de porte semelhante para benchmarking de especificações.

RISCO 03: Especificações técnicas que direcionem a licitação ou impeçam competitividade



Probabilidade: Baixa ☐ | Média X | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☐ | Alto X

Dano(s):

- Impugnação do edital por licitantes;
- Anulação do processo licitatório;
- Atraso significativo na aquisição dos equipamentos;
- Possível responsabilização administrativa dos elaboradores;
- Restrição de competitividade com aumento de custos.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Especificar requisitos funcionais e de desempenho ao invés de marcas/modelos específicos;
- Permitir comprovação de equivalência técnica;
- Aceitar múltiplas normas técnicas internacionalmente reconhecidas;
- Evitar exigências de exclusividade desnecessárias;
- Consultar setor jurídico sobre isonomia e competitividade;
- Realizar pesquisa de mercado para verificar disponibilidade de fornecedores.

Ação(ões) de Contingência:

- Revisão imediata do TR ampliando especificações para maior competitividade;
- Abertura de prazo para nova análise técnica de equivalência;
- Republicação do edital se necessário.

RISCO 04: Indisponibilidade financeira

Probabilidade: Baixa X | Média ☐ | Alta ☐



Impacto: Baixo ☐ | Médio X | Alto ☐

Dano(s):

- Não contratação do serviço solicitado;
- Comprometimento da assistência nas unidades de urgência/emergência.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Planejamento financeiro anual com previsão de aquisição de equipamentos médico-hospitalares;
- Reserva orçamentária antes da instauração do processo licitatório;
- Alinhamento com Secretaria de Finanças e Planejamento.

Ação(ões) de Contingência:

- Reprogramação de planejamento financeiro;
- Fracionamento da aquisição em etapas, se viável;
- Busca de fontes alternativas de recursos (convênios estaduais/federais).

RISCO 05: Contratação de empresa sem capacidade técnica-operacional

Probabilidade: Baixa ☐ | Média X | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☐ | Alto X

Dano(s):

- Prejuízo ao atendimento das necessidades de qualidade do serviço;
- Equipamentos entregues fora das especificações;
- Ausência de suporte técnico pós-venda;
- Descontinuidade no fornecimento de peças e insumos.



Ação(ões) Preventiva(s):

- Avaliação rigorosa da capacidade técnico-operacional pelo setor de licitações;
- Exigir comprovação de fornecimento anterior similar;
- Verificar idoneidade da empresa (certidões negativas, regularidade fiscal);
- Solicitar carta de autorização do fabricante (para distribuidores);
- Verificar estrutura de assistência técnica da empresa.

Ação(ões) de Contingência:

- Rescisão contratual fundamentada;
- Aplicação de penalidades previstas;
- Chamamento do segundo colocado na licitação;
- Reinício do processo licitatório em último caso.

FASE 2: GESTÃO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

RISCO 06: Atraso na entrega dos equipamentos

Probabilidade: Baixa ☒ | Média ☐ | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☒ | Alto ☐

Dano(s):

- Deficiência na execução dos serviços assistenciais;
- Sobrecarga dos equipamentos existentes;
- Risco de desassistência em situações de emergência.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Estabelecer prazos de entrega realistas no contrato;



- Definir cronograma de entrega faseado por unidade;
- Fiscalização rigorosa do contrato pelo fiscal designado;
- Comunicação periódica com fornecedor sobre status da entrega.

Ação(ões) de Contingência:

- Aplicar penalidades contratuais (multas por atraso);
- Notificação formal da empresa;
- Rescisão contratual em caso de descumprimento reiterado;
- Chamamento do segundo colocado.

RISCO 07: Aquisição com preço acima da média de mercado

Probabilidade: Baixa ☒ | Média ☐ | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☐ | Alto ☒

Dano(s):

- Dano ao erário público;
- Redução da capacidade de investimento em outras áreas;
- Questionamentos por órgãos de controle.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Pesquisas de preços diversificadas e atualizadas (mínimo 3 fornecedores);
- Consulta a banco de preços (Painel de Preços Gov.br, BPS);
- Consulta a atas de registro de preços vigentes de outros órgãos;
- Estimativa de preço referencial com margem de segurança;



- Análise de compatibilidade de preços pelo setor de licitações.

Ação(ões) de Contingência:

- Negociação de valores com fornecedor;
- Não homologar itens com preços incompatíveis;
- Refazer pesquisa de mercado;
- Cancelar licitação e reiniciar processo se necessário.

RISCO 08: Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento

Probabilidade: Baixa ☒ | Média ☐ | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☐ | Alto ☒

Dano(s):

- Fornecedor se recusar a realizar a entrega;
- Rescisão contratual por parte da contratada;
- Perda de credibilidade da administração pública;
- Judicialização do contrato.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Planejamento financeiro pelo setor responsável antes da emissão do pedido;
- Reserva orçamentária confirmada antes da contratação;
- Acompanhamento de cronograma de desembolso;
- Comunicação integrada entre setores (Engenharia Clínica, Finanças, Contabilidade).

Ação(ões) de Contingência:

- Reservar recursos com antecedência para próximas etapas;



- Comunicação transparente com fornecedor sobre prazos;
- Priorização orçamentária da demanda.

RISCO 09: Execução do objeto em desacordo com o especificado

Probabilidade: Baixa X | Média ☐ | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☐ | Alto X

Dano(s):

- Prejuízo ao erário;
- Equipamentos inadequados para uso clínico;
- Risco à segurança do paciente;
- Necessidade de nova aquisição.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Elaboração criteriosa do Termo de Referência e Especificações Técnicas;
- Fiscalização técnica rigorosa pela Engenharia Clínica no recebimento;
- Inspeção visual e funcional de cada equipamento;
- Conferência de documentação técnica obrigatória:
 - Nota Fiscal;
 - Certificado de registro ANVISA;
 - Certificados de conformidade às normas técnicas;
 - Manual técnico em português;



- Termo de garantia.
- Teste de funcionamento antes do aceite definitivo.

Ação(ões) de Contingência:

- Recusa formal de recebimento com justificativa técnica;
- Sanções e penalidades previstas no contrato;
- Notificação para substituição imediata do equipamento;
- Rescisão contratual em caso de reincidência.

RISCO 10: Recebimento de equipamentos sem qualificação de instalação e treinamento adequados

Probabilidade: Baixa ☐ | Média X | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio ☐ | Alto X

Dano(s):

- Equipamentos instalados incorretamente;
- Operação inadequada pela equipe assistencial;
- Acidentes com pacientes (aspiração incorreta, contaminação);
- Não conformidades em fiscalizações da Vigilância Sanitária Municipal/Estadual;
- Perda de garantia por uso inadequado;
- Necessidade de retrabalho de instalação.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Exigir no Termo de Referência:



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- **Qualificação de Instalação (QI)** conforme RDC nº 02/2010 ANVISA;
- Relatório técnico de instalação assinado por responsável técnico habilitado;
- Treinamento operacional in loco para equipes de TODAS as unidades contempladas;
- Lista de presença dos treinamentos;
- Manual técnico e operacional em língua portuguesa;
- Elaboração de Procedimento Operacional Padrão (POP) para cada modelo;
- Designar fiscal técnico da Engenharia Clínica para acompanhar instalações
- Estabelecer cronograma de instalação e treinamento;
- Não liberar aceite definitivo antes da conclusão de QI e treinamentos.

Ação(ões) de Contingência:

- Recusa de recebimento até conclusão satisfatória da QI;
- Reter pagamento parcial (ex: 20%) até regularização completa;;
- Exigir nova programação de treinamentos para equipes não contempladas;
- Aplicar multas por descumprimento de prazos.

RISCO 11: Ausência de rastreabilidade e controle patrimonial dos equipamentos

Probabilidade: Baixa ☐ | Média X | Alta ☐

Impacto: Baixo ☐ | Médio X | Alto ☐

Dano(s):

- Perda de garantia por falta de registro adequado;
- Impossibilidade de gestão eficiente do parque tecnológico;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

- Dificuldade em programar manutenções preventivas;
- Descontrole patrimonial em fiscalizações de órgãos de controle;
- Impossibilidade de rastreamento em caso de recall do fabricante;
- Perda ou extravio de equipamentos sem detecção.

Ação(ões) Preventiva(s):

- Implantação de sistema de cadastro patrimonial imediatamente após recebimento;
- Etiquetamento individual com código patrimonial;
- Elaboração de ficha técnica para cada equipamento contendo:
 - Dados do fabricante e modelo;
 - Número de série;
 - Data de aquisição e início de operação;
 - Localização (unidade/setor);
 - Número de registro ANVISA;
 - Prazo de garantia.
- Cronograma de manutenção preventiva elaborado pela Engenharia Clínica;
- Sistema de registro de manutenções corretivas e preventivas;
- Inventário periódico (mínimo anual).

Ação(ões) de Contingência:

- Levantamento emergencial de todos os equipamentos em operação;
- Cadastramento retroativo com priorização por criticidade;
- Regularização de documentação faltante junto ao fornecedor;
- Implementação emergencial de controle em planilhas até implantação de sistema definitivo.



RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Coordenação de Engenharia Clínica e Elaboração de Projetos

Coordenadora: Ane Caroline de Lima Silva - Engenheira Clínica

Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida de Goiânia-GO

13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Para a eficácia do contrato e de seus aditamentos deverá ocorrer a publicação, em 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura do instrumento.

13.2. A disponibilização, no Portal Nacional de Contratações Públicas da Prefeitura de Aparecida de Goiânia, do inteiro teor dos instrumentos contratuais e de seus anexos, bem como das informações complementares exigidas no art. 94 da Lei 14.133, de 2021,

Aparecida de Goiânia, ____ de _____ de _____.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1- _____

CPF: _____

2- _____

CPF: _____



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ----

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP

Pelo presente instrumento, o **Município de Aparecida de Goiânia-GO**, por intermédio da Secretaria Executiva de Licitação vinculada à Secretaria Municipal de Administração, órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração Sr. **ARTHUR HENRIQUE DE SOUSA BRAGA**, e pelo Secretário Municipal de Saúde, **SR. ALESSANDRO LEONARDO ALVARES MAGALHÃES**, inscrito no CPF 784.995.181-68, nos termos das Leis Federais nº 14.133/2021 e Decreto “N” nº 149, de 09 de março de 2023 e as demais legislações aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP- como meio de instrumentalizar o REGISTRO DE PREÇOS**, RESOLVE registrar os preços conforme consta nos autos, empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada _____, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº _____, neste ato, representada, pelo Sr. _____, portador(a) da CI sob nº _____, CPF nº _____, doravante denominado FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MATERNIDADE E O SAMU QUE COMPÕEM A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO.**

ITEM	QTD.	MEDIDA	MARCA	VL. UNIT. R\$	VL. TOTAL R\$
01	10	UNIDADE			
Descritivo: ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL					
FINALIDADE DO EQUIPAMENTO:					
ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DESTINADO À ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES, SANGUE E FLUIDOS CORPORAIS EM ATENDIMENTOS MÉDICOS,					



HOSPITALARES E PRÉ-HOSPITALARES, INCLUINDO SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, ESPECIALMENTE EM AMBULÂNCIAS. DEVE PERMITIR USO CONTÍNUO E SEGURO, COM DESEMPENHO ADEQUADO, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, AUTONOMIA POR BATERIA E FÁCIL TRANSPORTE.

REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS:

TIPO DE EQUIPAMENTO:

EQUIPAMENTO ELÉTRICO, PORTÁTIL, DE USO MÉDICO/HOSPITALAR E PRÉ-HOSPITALAR, ADEQUADO PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO EM AMBIENTES MÓVEIS, COMO AMBULÂNCIAS E ATENDIMENTOS EXTERNOS.

CAPACIDADE DE ASPIRAÇÃO E DESEMPENHO:

VAZÃO DE AR MÍNIMA DE 20 LITROS POR MINUTO, SENDO ACEITOS EQUIPAMENTOS COM VAZÃO IGUAL OU SUPERIOR. SISTEMA DE VÁCUO AJUSTÁVEL, COM PRESSÃO NEGATIVA MÍNIMA DE -500 MMHG OU EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO, 20 POL.HG.

SISTEMA DE AJUSTE GRADUAL DA PRESSÃO NEGATIVA. INDICADOR DE PRESSÃO/VÁCUO EM TEMPO REAL, ANALÓGICO OU DIGITAL.

FRASCO COLETOR:

EQUIPADO COM UM FRASCO COLETOR COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 LITROS E 2,0 LITROS. FRASCO CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, INQUEBRÁVEL OU EQUIVALENTE, COMPATÍVEL COM PROCESSOS DE DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO, INCLUSIVE AUTOCLAVE, RESISTENTE A TEMPERATURAS MÍNIMAS DE 121 °C. FRASCO TRANSPARENTE, COM GRADUAÇÃO DE VOLUME VISÍVEL. TAMPA COM VEDAÇÃO SEGURA E CONEXÕES SIMPLES E RÁPIDAS. SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA TRANSBORDAMENTO, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO.

SISTEMA DE SEGURANÇA E FILTRAGEM:

SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA DO MOTOR. FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO, REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, DESTINADO À PROTEÇÃO DO MOTOR E AO CONTROLE DE CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL.



MOTOR E ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA:

MOTOR DE VÁCUO DE ALTO DESEMPENHO, TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. FUNCIONAMENTO CONTÍNUO, COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, PREFERENCIALMENTE INFERIOR A 60 DB.

ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICA OU COM CHAVE SELETORA.

BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 30 MINUTOS EM USO CONTÍNUO. POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR FONTE VEICULAR (12 V), QUANDO APLICÁVEL.

FONTE EXTERNA PARA CARREGAMENTO DA BATERIA. INDICADOR DE CARGA DA BATERIA NO PAINEL DO EQUIPAMENTO.

ESTRUTURA E MOBILIDADE:

ESTRUTURA LEVE, COMPACTA E RESISTENTE A IMPACTOS, UMIDADE E TREPIDAÇÕES. CARENAGEM EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE, COMO ABS OU EQUIVALENTE, ISENTA DE OXIDAÇÃO. SUPERFÍCIE LISA, QUE FACILITE A LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ASSEPSIA.

ALÇA ERGONÔMICA E/OU BOLSA PARA TRANSPORTE. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO EM SUPORTE VEICULAR OU ESTRUTURA COMPATÍVEL, QUANDO APLICÁVEL.

CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:

COMANDOS SIMPLES E DE FÁCIL OPERAÇÃO, ADEQUADOS A SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA TRANSBORDAMENTO E SOBRECARGA ELÉTRICA.

ITENS QUE DEVEM ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO:

UM FRASCO COLETOR AUTOCLAVÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA ENTRE 1,3 E 2,0 LITROS. UM FILTRO HIDROFÓBICO E BACTERIOLÓGICO. UM KIT DE TUBOS DE SILICONE OU PVC ATÓXICO COMPATÍVEL. UM CABO DE ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA. UMA FONTE CARREGADORA E/OU CABO VEICULAR, QUANDO APLICÁVEL. UMA BOLSA OU ALÇA PARA TRANSPORTE. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM LÍNGUA



PORTUGUESA.

CERTIFICAÇÕES E NORMAS:

REGISTRO ATIVO E VÁLIDO DO EQUIPAMENTO NA ANVISA. CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DO FABRICANTE. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA ELÉTRICA IEC 60601-1 E CORRELATAS. FABRICAÇÃO CONFORME A NORMA ISO 13485.

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL. DISPONIBILIDADE DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E CONSUMÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, POR PERÍODO MÍNIMO DE CINCO ANOS.

****Item exclusivo nos termos do artigo 48, I da lei 123/2006***

2. CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços dos materiais estão registrados nos termos da proposta vencedora do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2026 – Sistema de Registro de Preços.**

Valor total por extenso: _____.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão da Nota de Empenho de Despesa/ e ou Contrato, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da comunicação.

3.2 Mediante a assinatura da Ata estará caracterizado o compromisso de entrega dos materiais objeto do Pregão.

3.3 Após o recebimento da Nota de Empenho, o fornecedor terá o prazo fixado no edital para entregar os produtos.



3.4 Os materiais deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.5 A FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE não está obrigado a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO

4.1 - O prazo para pagamento ao fornecedor será efetuado nos termos do edital do Pregão de Registro de Preços.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

5.1. A CONTRATADA obriga-se a:

5.1.1. Executar, fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas;

5.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o CONTRATANTE;

5.1.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

5.1.4. Dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato;

5.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

5.1.6. Prestar ao CONTRATANTE, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre a execução do contrato;

5.1.7. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, devendo fornecer os produtos conforme as especificações, prazos, locais e condições estabelecidas no instrumento convocatório;



5.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.9. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 14.133/2021 constituem ainda obrigações e responsabilidade da CONTRATADA:

5.1.9.1. Efetuar a entrega dos itens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.

5.1.9.2. Os itens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada na região metropolitana de Goiânia;

5.1.9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.9.3.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** o produto com as avarias ou defeitos;

5.1.9.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.1.9.5. Comunicar à Administração, no prazo mínimo de **10 (dez) dias** que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.9.6. A CONTRATADA está obrigada a assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, incluindo cumprimento dos prazos, especificações técnicas, normas ambientais, de engenharia e de segurança e medicina do trabalho, além da legislação aplicável, assegurando sua conformidade, adequação, qualidade, segurança e solidez;

5.1.9.7. Cumprir fielmente o Edital e seus Anexos de forma que os serviços contratados sejam realizados com esmero e perfeição, dentro do prazo.

5.2. O CONTRATANTE se compromete a:



- 5.2.1. Indicar formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 5.2.2. Fornecer à **CONTRATADA** todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato, inclusive acesso as áreas físicas envolvidas na execução;
- 5.2.3. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com o contrato;
- 5.2.4. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** em conformidade com o estabelecido neste termo.
- 5.2.5. Comunicar em tempo hábil à **CONTRATADA**, a quantidade de produtos/materiais a serem fornecidos.
- 5.2.6. Emitir as requisições respectivas, assinadas pela autoridade competente.
- 5.2.7. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 5.2.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- 5.2.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especificamente designado.
- 5.2.10. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 5.2.11. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

6. CLÁUSULA SÉTIMA– DA VALIDADE CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 6.1 O registro de preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado
- 6.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata a Lei n.º 14.133/21.



6.3 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.4 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

6.4.1 - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

6.4.2 - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

6.4.3 - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** (órgão gerenciador) poderá:

6.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço;

6.5.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa

7. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

7.1.1. Pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:

7.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

7.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua(s) justificativa(s);



7.1.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos na Lei nº 14.133/2021.

7.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

7.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas na lei Federal nº 14.133/2021 com as respectivas alterações posteriores.

7.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceite as razões do pedido.

7.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

7.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação em Imprensa Oficial e Jornal de grande circulação, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

8. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

8.1. O atraso injustificado no fornecimento dos materiais sujeitará o **LICITANTE VENCEDOR** à advertência e multa de mora de 0,5% (meio por cento) sobre o valor adjudicado.

8.1.1. A multa a que se alude o subitem 8.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato.



8.1.3. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **LICITANTE VENCEDOR** as seguintes sanções:

8.2.1 – Advertência;

8.2.2 - Multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor adjudicado;

8.2.3 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.3 Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no cadastro de fornecedores deste Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais o licitante que:

8.3.1 - Convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços não celebrar o contrato;

8.3.2 - Deixar de entregar documentação exigida para o certame dentro do prazo estabelecido no Edital, considerando, também, como documentação a proposta ajustada;

8.3.3 - Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

8.3.4 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

8.3.5 - Ensejar retardamento da execução de seu objeto;

8.3.6 - Não manter a proposta;

8.4 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante,



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.5 - Por infração a quaisquer outras cláusulas contratuais, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato atualizado, cumuláveis com as demais sanções, inclusive rescisão contratual, se for o caso.

8.6 - Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado da primeira parcela do preço a que fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município de Aparecida de Goiânia e cobrado judicialmente.

8.7 - Para garantir o fiel pagamento da multa, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela CONTRATADA, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

9. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

9.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

9.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

9.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



9.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

9.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

9.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

9.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

9.7.2.2. Mantiverem sua proposta original.

9.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

9.8. O registro a que se refere o subitem 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

9.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.10. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.11. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.11.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



9.12. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

9.13. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.14. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

9.14.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.14.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9.15. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



10.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

10.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

11.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

11.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



11.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

12.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

12.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

12.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

12.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.4.1. Por razão de interesse público;

12.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato em Imprensa Oficial.

13.2 - Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP.**



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

13.3 - Fica designado como Gestor do Registro de Preços, a Secretaria Executiva de Licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração, nos termos do Decreto Municipal “N” nº 149/2023 .

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Aparecida de Goiânia, _____ de _____ de _____.

Arthur Henrique de Sousa Braga
Secretário Municipal de Administração

Alessandro Magalhães
Secretário Municipal de Saúde

Fornecedor

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____
2- _____ CPF: _____



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 – SRP - REP

ANEXO IX – DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DO CONTRATO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2026 - SRP - REP

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ASPIRADORES DE SECREÇÃO ELÉTRICOS PARA ATENDER TODAS UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, MATERNIDADE E O SAMU QUE COMPÕEM A REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA-GO

CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO

1 – DA EMPRESA PROPONENTE		
Razão social:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	ESTADO:	CNPJ:
Conta Corrente nº:	Agência nº	Banco
IE-	telefone	e-mail:
2 – DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINAR CONTRATO:		
Nome:		
Função:	Atribuição:	
Data Nascimento:	Estado civil:	
RG nº: 645527	Emissor	CPF nº
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	ESTADO:	
Fone:	E-mail:	

Declaro sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações acima prestadas.

..... de 2026.
Assinatura do Responsável pela Empresa



ANEXO X

MODELO DE PROTOCOLO DE ENTREGA DE AMOSTRAS

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____ vem entregar os itens requisitados para análise de sua conformidade com os termos do Edital, nos seguintes quantitativos:

Item	Quant.	Unid.	Especificação/ Marca

Localidade, _____/_____/_____.

(Assinatura e Carimbo do Representante Legal)

[Recebido Departamento: _____ _____ Nome do Servidor/ Carimbo]
--